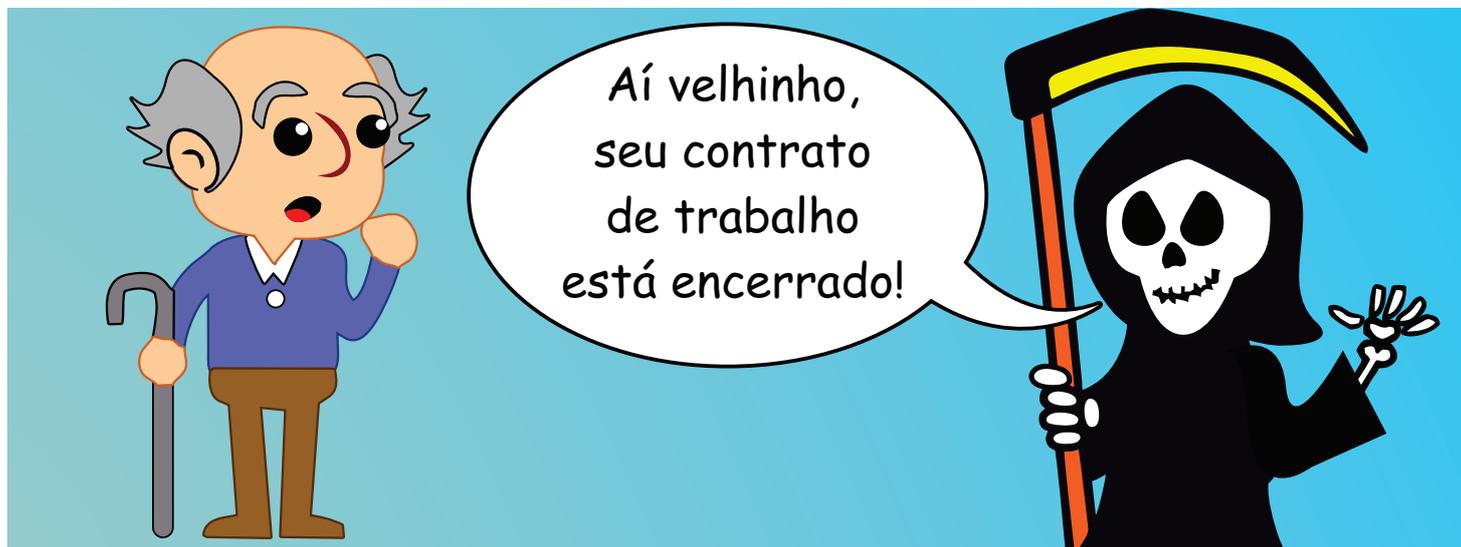




DEMISSÃO DE APOSENTADOS: MAIS UM ATAQUE AOS TRABALHADORES BRASILEIROS



A Emenda Constitucional (EC)103/2019, Reforma da Previdência, se revelou mais um grande ataque aos direitos dos trabalhadores e colocou em marcha a ação perversa e desumana do governo Bolsonaro de demissão dos aposentados, por meio de aposentadoria compulsória e de extinção do contrato de trabalho dos trabalhadores com idade igual ou superior a 75 anos das empresas estatais federais.

A aposentadoria compulsória é a mais perversa, pois a orientação do governo é a de que a rescisão do contrato seja sem pagamento da multa do FGTS e outros direitos, baseada no entendimento de que a empresa não pode ser penalizada com o pagamento das verbas rescisórias, como se fosse uma demissão normal, uma vez que é a lei que está determinando a extinção do contrato. Ou seja, a rescisão do contrato do trabalhador aposentado compulsoriamente se assemelha a situação da demissão por justa causa, onde o trabalhador não tem direito à multa de 40% do FGTS, ao aviso prévio indenizado, entre outros.

Lamentavelmente, parte dos juízes do TST tem entendido, em muitas de suas decisões, que a rescisão de contrato do aposentado compulsório se assemelha a rescisão de um demitido por justa causa, ou seja, o

trabalhador sai “com uma mão na frente e outra atrás”, como diz o dito popular.

Trabalhar após a aposentadoria é a lamentável realidade de milhares de empregados públicos, acusados indevidamente de serem privilegiados por receberem altos salários. Os de altos salários são exceção e com estes o governo não mexe, a não ser para ampliar os privilégios.

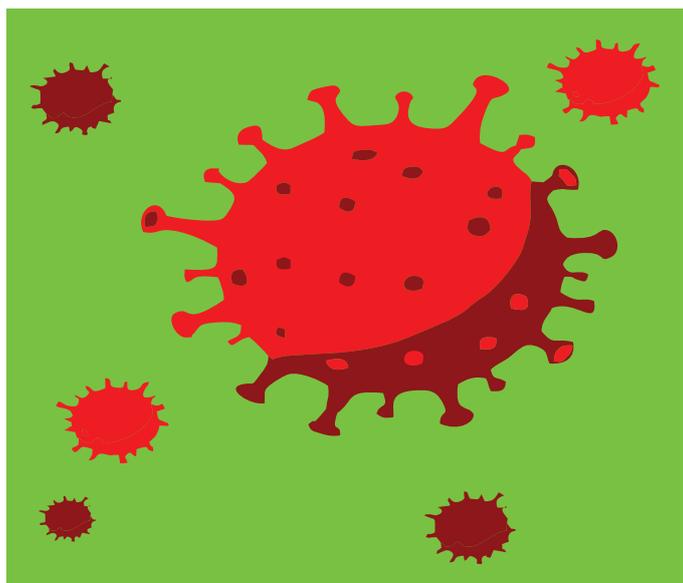
A ampla maioria dos empregados públicos com menos ou mais de 75 anos vive a realidade de se aposentar e continuar trabalhando para manter sua sobrevivência com condições dignas. Trabalhadores de 75 anos sendo aposentados na marra, sem sequer receberem as verbas rescisórias é, além de uma enorme injustiça, uma interpretação equivocada da lei, que garante a indenização prevista na legislação trabalhista.

Os sindicatos precisam estar atentos a esta polêmica jurídica e se prepararem para defender os direitos desses trabalhadores. Defender os aposentados contra os ataques do governo Bolsonaro. Pelo direito à aposentadoria que garanta uma vida digna aos aposentados, com o descanso justo!

Leia e assine o MANIFESTO PELA FRENTE ÚNICA DE ESQUERDA NO BRASIL
através do link: <https://forms.gle/evs2hav32pkRDizQ9>



COVID/BRASIL: SEGUNDA ONDA OU CONTINUIDADE?



Os cientistas estão tentando entender a dimensão real de novos casos de contágios e mortes, já evidente em 21 capitais brasileira onde os hospitais registram forte aumento nas internações. Depois de dias sem dados, as notícias sobre uma tendência de crescimento nos casos de Covid mostram ainda um grau de incerteza dos especialistas, mas muitos já afirmam que veremos o retorno de uma situação crítica. Uma coisa não é dúvida: a completa negligência do governo Bolsonaro.

O fracasso brasileiro em combater a pandemia é um projeto do Governo Federal, que mantém sua política de falta de ação para proteção das pessoas, mesmo após o número de mortos superar a marca de 167 mil.

Enquanto isso, muitas empresas que colocaram seus empregados em teletrabalho iniciam planos de retorno ao trabalho presencial, como é o caso do Serpro, ainda que o “home office” tenha alcançado uma alta produtividade. O resultado é a insegurança dos trabalhadores, pois, situações de contaminação já foram registradas no retorno do primeiro

grupo previsto no cronograma da empresa. O mesmo problema se verifica no retorno às aulas presenciais, tanto da rede pública quanto na privada de ensino.

Os transportes públicos continuam lotados e a reabertura sem critérios ampliou o quadro de infectados sem que tenha sido preparado um plano de emergência para a nova situação. Os hospitais de campanha foram desmontados enquanto os profissionais da saúde já se encontram esgotados fisicamente para enfrentar a realidade de ampliação do número de doentes.

NEGROS NO BRASIL: DESIGUALDADE, POBREZA E INFORMALIDADE

Dados da PNAD/IBGE (2019) demonstram que a população negra é a que mais sofre com a desigualdade, o subemprego, a informalidade e a pobreza. Aproximadamente 70% das pessoas que estão abaixo da linha pobreza, que vivem com menos de 10 reais por dia, são de pretos ou pardos. As mulheres negras na condição de pobreza representam 28,7% da população e 39,8% são extremamente pobres. Em relação à situação no mercado de trabalho, 47,4% dos trabalhadores informais eram os declarados negros e pardos.

Os dados revelam que a situação de desigualdade social é agravada pela condição de raça e gênero. É necessário e urgente o fortalecimento da organização da classe trabalhadora na perspectiva de unificar pautas e articular uma luta em conjunto contra o sistema capitalista que cria as desigualdades para manter a exploração de uma classe sobre a outra.



DÓRIA CONFISCA SALÁRIO DOS APOSENTADOS



Por meio do Decreto nº 65.021, de junho, o governador João Doria, PSDB-SP, determinou o desconto adicional nos proventos dos aposentados e pensionistas. A medida é resultado da Reforma da Previdência do estado, aprovada em março, que mudou o cálculo das aposentadorias, reduziu o valor dos benefícios, ampliou o tempo mínimo de contribuição e atualizou as alíquotas progressivas.

Enquanto mantém isenções fiscais de empresários bilionários, o governo paulista alega insuficiência de recursos no Regime Próprio da Previdência (déficit atuarial) e ataca justamente os mais

vulneráveis diante da pandemia do novo coronavírus, que são os aposentados.